



GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

Desenvolvimento regional e sustentável para quem? Do discurso do "vazio" à emergência de povos e comunidades tradicionais no Sertão de Itaparica - PE

Autoria: Poliana de Sousa Nascimento

Esse work tem como fundamental ponto de exposição destacar os diferentes empreendimentos instalados na região do Sertão de Itaparica, especialmente no município de Itacuruba - PE e como esses empreendimentos, respaldados por um discurso de desenvolvimento regional e sustentável, vem ao longo dos anos afetando territórios de povos e comunidades tradicionais que estabeleceram uma forma dinâmica e múltipla de construção de identidades. São grupos que na condição de invisibilidade frente ao Estado, apresentam necessidades e demandas que não são viabilizadas pelo poder público. A expropriação territorial, deslocamentos compulsórios e restrição ao uso dos recursos naturais, que priorizam o agronegócio e projetos de desenvolvimento, prejudicam substancialmente suas práticas sociais particulares. Esses empreendimentos, aqui vinculados a extração de minérios, piscicultura, instalação de parque híbrido (energia solar e eólica) e hidrelétrica articulam-se em estratégias empresariais e governamentais em torno de uma discussão, por vez, conservacionista, voltada para um discurso de "desenvolvimento regional e sustentável". Apoiados por aparatos do Estado, com planos de ação, logística e estrutura articuladas, tais ações intervencionistas são legitimadas e vinculadas a uma questão ambiental.

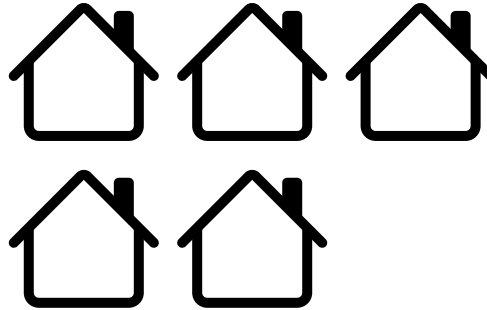
[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

